

**FERNANDO FERREIRA CASTELLANI**

Doutor e Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP. Especialista em Direito Tributário pelo IBET. Autor da obra *As Contribuições Especiais e sua Destinação* (Noeses, 2009). Ex-Conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Professor do IBET. Advogado e Consultor Tributário.

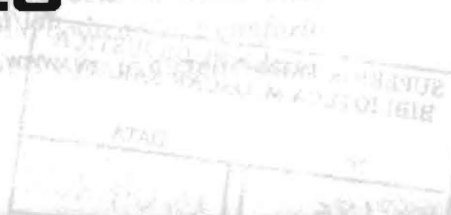


## **O IMPOSTO SOBRE A RENDA E AS DEDUÇÕES DE NATUREZA CONSTITUCIONAL**

editora e livraria

**NOESES**

2015



336.215(81)  
C 348 i

**Fundador e Editor-chefe: Paulo de Barros Carvalho**

**Gerente de Produção Editorial: Rosangela Santos**

**Arte e Diagramação: Renato Castro**

**Revisão: Georgia Evelyn Franco**

**Designer de Capa: Aliá3 - Marcos Duarte**



**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

2015



editora e livraria

**NOESES**

Editora Noeses Ltda.

Tel/fax: 55 11 3666 6055

[www.editoranoeses.com.br](http://www.editoranoeses.com.br)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA	
Nº	DATA
	12/07/2016

<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>XVII</b>
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>XXI</b>
<b>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
1.1. Relevância do tema proposto.....	01
1.2. Considerações propedêuticas.....	03
1.2.1. Objetivos do trabalho.....	03
1.2.2. Desenvolvimento e delimitação do tema.....	03
<b>CAPÍTULO II - AS TEORIAS SOBRE RENDA.....</b>	<b>07</b>
2.1. Renda e as teorias econômicas.....	08
2.2. Renda e as teorias dos produtos de uma fonte.....	11
2.3. Renda e as teorias do acréscimo patrimonial.....	13
2.4. Renda e as teorias legalistas.....	15
2.5. Renda e algumas posições doutrinárias.....	17

O IMPOSTO SOBRE A RENDA E AS DEDUÇÕES DE  
NATUREZA CONSTITUCIONAL

<b>CAPÍTULO III – AS NUANCES CONSTITUCIONAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE RENDA.....</b>	<b>27</b>
3.1. Renda e proventos na Constituição Federal: os usos do signo e seus significados possíveis .....	28
3.1.1. Renda como rendimentos decorrentes de tra- balho pessoal.....	29
3.1.2. Renda como receitas líquidas disponíveis .....	31
3.1.3. Renda como riqueza média de uma região do país.....	32
3.1.4. Renda como ganho de capital (acréscimo pa- trimonial) .....	33
3.1.5. Renda como riqueza nova (em oposição ao pa- trimônio e à receita).....	34
3.1.6. Proventos e sua caracterização como remunera- ção aos aposentados .....	38
3.1.7. Renda e proventos como fatos geradores do imposto sobre a renda .....	43
3.2. A renda e as demais materialidades constitucionais: o conceito de renda construído pela exclusão de bases.....	45
3.2.1. As classificações constitucionais como elemen- to determinante.....	46
3.2.2. Conceituação negativa de renda.....	52
3.2.2.1. Fatos geradores relacionados às opera- ções com produtos ou serviço .....	54
3.2.2.2. Fatos geradores relacionados à trans- missão de bens ou de direitos .....	56

## FERNANDO FERREIRA CASTELLANI

3.2.2.3. Fatos geradores relacionados ao patrimônio .....	56
3.2.2.4. Fatos geradores relacionados ao resultado econômico.....	57
3.2.2.5. Das exclusões recíprocas dos fatos .....	58
3.2.3. Do inter-relacionamento dos fatos geradores e de suas bases de cálculos .....	61

## **CAPÍTULO IV – AS ACEPÇÕES DE RENDA E PROVENTOS NAS NORMAS GERAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA (LEI COMPLEMENTAR TRIBUTÁRIA).....**

4.1. A lei complementar tributária .....	66
4.2. A função típica e atípica da lei complementar em matéria tributária .....	67
4.2.1. As funções típicas .....	68
4.2.2. Das funções atípicas.....	72
4.3. Das normas gerais acerca de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza .....	73
4.3.1. Acréscimo patrimonial .....	74
4.3.2. Das origens da renda .....	79
4.3.3. Da disponibilidade da renda .....	84

## **CAPÍTULO V – O IMPOSTO SOBRE A RENDA E OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....**

5.1. O princípio da isonomia.....	93
5.2. Isonomia tributária.....	98

**O IMPOSTO SOBRE A RENDA E AS DEDUÇÕES DE  
NATUREZA CONSTITUCIONAL**

5.3. Capacidade contributiva .....	102
5.4. O mínimo existencial.....	106
5.4.1. Conceituação do mínimo essencial ou existencial.....	107
5.4.2. Capacidade econômica e capacidade contributiva: diferenciação necessária .....	110
5.4.3. Impossibilidade de tributação do mínimo existencial.....	115
5.4.4. O mínimo existencial na doutrina e na legislação alienígena .....	118
5.5. A limitação explícita do não confisco .....	124
5.5.1. Contextualização do não confisco e sua definição .....	133
5.6. Os princípios da generalidade, universalidade e progressividade .....	139
 <b>CAPÍTULO VI – SISTEMATIZAÇÃO DAS DEDUÇÕES RELACIONADAS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E À PRATICABILIDADE TRIBUTÁRIA ....</b>	
6.1. O mínimo existencial e o mínimo existencial digno ...	152
6.2. As atuais regras de deduções no imposto sobre a renda	158
6.2.1. Limitações às deduções na tributação da renda da pessoa física .....	164
6.3. A construção de um modelo de deduções pautado no mínimo existencial digno.....	168
6.3.1. A tipificação das despesas dedutíveis: das despesas necessárias.....	172

6.3.2. A quantificação das despesas dedutíveis: das despesas suficientes .....	174
6.3.3. Do fato à norma, pela valoração .....	180
6.4. O princípio da praticabilidade no direito tributário...	182
6.4.1. Sistematização das deduções pela praticabilidade .....	191
6.4.2. Da simplificação das despesas dedutíveis e seus limites .....	198
6.4.2.1. Despesas plenamente dedutíveis .....	199
6.4.2.2. Despesas parcialmente dedutíveis.....	203
6.4.3. Proposta de redação legislativa das deduções no imposto sobre a renda pessoa física .....	206
<b>CAPÍTULO VII – ANÁLISE PRAGMÁTICA: A INCONSTITUCIONAL LIMITAÇÃO DE DESPESAS COM EDUCAÇÃO .....</b>	<b>211</b>
7.1. Da delimitação da controvérsia.....	212
7.2. Da arguição de inconstitucionalidade no TRF3 e a declaração de inconstitucionalidade dos limites de dedução .....	215
7.3. Da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI – 4927.....	222
7.4. Breve análise das ações propostas.....	227
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>231</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>239</b>